

## NOTAS SOBRE “O ESTADO E A REVOLUÇÃO”

*Rafael Rossi (UFMS)*<sup>1</sup>**RESUMO**

O presente artigo consta de uma reflexão de ordem teórica e ideo-política sobre a relevância da obra *O Estado e a Revolução*, de Lenin. Dentre as múltiplas abordagens que podem ser elencadas para apreender a importância deste texto para a formação política da classe trabalhadora, entendemos que a perspectiva radical e revolucionária de crítica profunda e imanente do Estado carrega a melhor possibilidade de contribuir para o resgate crítico do pensamento marxiano. A partir de estudos teóricos realizados na perspectiva da ontologia marxiana, esboçamos, em linhas gerais, uma análise sobre o texto do líder revolucionário com o objetivo de explicitar sua importância para o debate entre os trabalhadores e, ainda, seus limites perante a necessidade de superação total desta ordem societária burguesa.

**Palavras-chave:** Estado. Trabalho. Marxismo.

## NOTES ON "THE STATE AND REVOLUTION"

**ABSTRACT**

The article presents a discussion about the theoretical and ideopolitical relevance of Lenin's *The State and Revolution*. Among the multiple approaches that can be listed to grasp the importance of this text for the political education of the working class, we understand that the profound and immanent critique of the state, which lies within the radical and revolutionary perspective, holds the best possibility to contribute to the critical rescue of Marxian thought. Based upon theoretical studies founded in the Marxian ontology, we outline, in general terms, an analysis and reflection on the text of the revolutionary leader, to state its importance as a debate tool for the workers, also pointing out its limits, given the need of total overcome of the present bourgeois social order.

**Key words:** State. Labor. Marxism.

---

<sup>1</sup> Professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMS). rafaelrossi6789@hotmail.com

## Introdução

A discussão sobre o Estado sempre foi polêmica no marxismo. Com o presente texto, retomamos alguns argumentos fundamentais desenvolvidos no livro *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*, de autoria de Vladimir Ilyitch Lenin. A análise desta obra é um procedimento extremamente relevante para uma reflexão crítica e radical – em sentido marxiano – a respeito das origens, da natureza e da função que o Estado cumpre no processo de reprodução do ser social.

Ideólogos burgueses e parte considerável daqueles que criticam o capitalismo se rendem à postura de que é possível “pressionar” o Estado para que ele “cumpra com o seu dever”. Todavia, o politicismo, que já se fazia presente desde os tempos de Marx, estende sua área de abrangência em nossa época por todos os cantos. Tal fato não é estranho à ordem societária burguesa, já que “o politicismo é intrínseco à ordem do capital” e, neste viés, “a ordem econômica é natural, a ordem política é o que resta para o homem configurar, e esta é decisiva, molda a convivência e realiza a justiça”, reduzindo “o fundante [o trabalho] a fator” e faz com que a “determinação da política” seja a “determinação decisiva” (CHASIN, 2001, p. 17).

Assim sendo, dividimos este artigo em mais três partes: a primeira conta com um breve esboço do contexto histórico em que Lenin elaborou seu livro; na segunda parte consta uma síntese das principais teses desenvolvidas pelo revolucionário bolchevique junto com nossas análises sobre os argumentos presentes na obra e que ajudam a resgatar o caráter revolucionário e crítico no debate sobre o Estado na atualidade; a terceira consiste, por fim, em nossas considerações finais com comentários a respeito de uma análise crítica sobre a obra em questão.

Em tempos nossos de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002), as alienações que brotam desta realidade objetiva profundamente “invertida” nos coloca uma série de obstáculos à compreensão desta forma de sociabilidade burguesa. Com efeito, a prática militante revolucionária de elaboração de estudos sérios e permanentes é fundamental ser desenvolvida de modo individual e coletivo com o

intuito de contribuir para a organização da classe trabalhadora em uma orientação anticapitalista.

### **Contexto Histórico de *O Estado e a Revolução*: breves considerações**

Lenin nasceu no final do século XIX (22 de abril de 1870) e faleceu em 1924. Foi um líder revolucionário de grande atuação na Revolução Russa de 1917 atuando no Partido Comunista. Ele viveu sua infância e sua adolescência em Volga, nas províncias camponesas de Simbirsk, Kazan e Samara. Ali, ele pôde observar a pobreza e a miséria que se faziam presentes no campo e passou a desenvolver verdadeira aversão e repulsa pela exploração dos trabalhadores e camponeses. Lenin saiu do ginásio com “medalha de ouro” e matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Kazan, em 13 de agosto de 1887. A figura de seu irmão mais velho foi fundamental na constituição de sua personalidade de tipo revolucionário. Passou a fazer parte de um círculo de estudantes que realizavam várias leituras e possuíam um caráter questionador. Enquanto estava na universidade, foi alvo da observação constante da polícia.

O governo do czar apenas confiava em professores reacionários e conservadores nas cátedras universitárias que perseguiram grupos e “círculos” de estudantes com pensamento crítico e que julgassem “perigosos”. Em 1887, um movimento de contestação também toma conta da universidade de Kazan e Lenin participou ativamente deste movimento. O resultado é que ele foi preso em seu domicílio junto com vários outros participantes.

Podemos dizer que este foi um momento de “batismo revolucionário” de Lenin em confronto direto com a autocracia czarista. Ele – já nessa época – estava convencido de que deveria dedicar sua vida à luta contra o capitalismo e a exploração. Em 1888, ele se propôs um estudo rigoroso sobre *O Capital* de Karl Marx. Esta obra causou um forte impacto em sua formação e identidade revolucionária. Aliás, é digno de nota o fato de que Lenin repudiava a simplificação deturpada do marxismo como dogma ou como uma “cartilha”. Durante toda a sua vida, estudou seriamente as obras marxianas e os clássicos da história. Durante

1914 e 1915, por exemplo, quando se iniciou a Primeira Guerra Mundial, dedicou-se ao estudo das obras do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel.

Lenin chegou a Petesburgo aos 23 anos estando plenamente convicto da luta revolucionária. Em 1905, a Revolução Russa que acabara de se instalar havia sido o grande “estrondo político e social” desde os tempos da Comuna de Paris. Ele novamente retornou ao exílio (1907) após a vitória czarista da tentativa de revolução. Com relação à Primeira Guerra Mundial, Lenin foi claro ao argumentar que se tratava de uma guerra imperialista e que deveria ser transformada numa revolução internacional dos trabalhadores unidos contra a burguesia.

Em 1917, algumas manifestações abalaram o poder do czar Nicolau II, e a monarquia foi derrubada e substituída pelo Governo Provisório Russo composto por políticos conservadores e pelos “soviets”, que se tratavam dos conselhos revolucionários ligados aos trabalhadores. Ainda em 1917, em Petrogrado, os trabalhadores foram derrotados por tropas reacionárias e Lenin foi acusado e teve de se retirar novamente ao exílio. Nesse período, ele passou a refletir sobre os últimos acontecimentos e escreveu, entre agosto e setembro de 1917, sua obra *O Estado e a Revolução*, publicada em 1918. No posfácio da primeira edição, o líder revolucionário afirma que possuía intenção em escrever um capítulo VII com o título “A experiência das revoluções russas de 1905 e 1917”, mas foi impedido pelos acontecimentos políticos de então. Todavia, afirma que “só temos que nos alegrar com um ‘impedimento’ dessa espécie”, pois “é muito mais útil e mais agradável fazer a ‘experiência de uma revolução’ do que escrever sobre ela” (LENIN, 2010, p. 141).

É preciso considerar que o quadro aberto pela guerra mundial no contexto em que o autor escreveu o livro aqui analisado é um período de “entrecruzamento de um conjunto de fenômenos e variáveis”, pois havia uma crise geral na Europa, onde estava ocorrendo um colapso das monarquias, uma “regressão ideológica” da burguesia, o fracasso da Segunda Internacional e, dessa forma, “a colocação do problema da revolução mundial como um processo atual; tratava-se de um caldo de cultura para a revolução a curto prazo”. No livro *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*, Bernstein renuncia ao projeto revolucionário, já que o “capitalismo estava mudando” (PAULO NETTO, 2010, p. 160).

As polêmicas nas quais se insere esta obra dizem respeito propriamente ao dia de retorno do seu autor, com as “Teses de abril” entrando em debate com bolcheviques e com as discussões que ocorriam junto ao movimento socialista desde o surgimento da guerra. No que se refere ao confronto com o “velho bolchevismo”, Lenin debate com Kamenev e, no tocante aos mencheviques e aos social-revolucionários, ele denuncia as “revisões” operadas, principalmente por Kautsky no âmbito da Segunda Internacional (PAULO NETTO, 2010). A respeito de Bernstein, é preciso lembrar que:

Vendo no marxismo apenas um método para estudar os problemas sociais criticou o materialismo histórico e sustentou que era possível chegar ao socialismo sem revolução através de conquistas irreversíveis da classe operaria resultantes de reformas do capitalismo. A sua famosa sentença «o movimento é tudo, a meta final nada» motivou a réplica de Rosa Luxemburgo, para a qual a meta final, o socialismo, era tudo. Na social-democracia alemã, as teses do chamado «socialismo evolutivo» de Bernstein semearam confusão, mas não contaram inicialmente com o apoio de Kautsky. O líder do Partido Social Democrata - SPD só mudou de posição nas vésperas da I Guerra Mundial. Partido mais votado nas eleições de 1912, o SPD deu uma brusca guinada à direita. Kautsky defendeu então o apoio à burguesia alemã ao começar a guerra imperialista. Foi alvo de uma crítica devastadora de Lenin. O revolucionário russo, que o tinha admirado na juventude, qualificou-o então de renegado. A polémica que na época dividiu o SPD teve por fulcro a questão do Estado. Para Kautsky, o Estado era uma máquina que, estando nas mãos da classe dominante, deveria ser conquistada pelo proletariado. Para quê destruir o estado burguês – argumentava – se ele iria no decurso da luta cair nas mãos da classe operária? (RODRIGUES, 2015, p. 01).

Rodrigues (2015), é claro, ao expor as práticas revisionistas de Bernstein e de Kautsky, aponta que não há nestes pensadores um retorno a Marx, mas, sim, uma reforma teórica e com implicações na prática da luta socialista. Foi contra essas posturas que Lenin escreveu a obra aqui em questão. Neste livro, há três grandes eixos fundamentais: “a ideia da imediata destruição da máquina estatal burguesa, a tese da ditadura do proletariado e a viabilidade da extinção do Estado” (PAULO NETTO, 2010, p. 151). O próprio Lenin colocou como objetivo geral de seu livro “restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado”. Vale assinalar que – em nosso entendimento – duas são as consequências e os “pilares” de suma importância para a compreensão deste livro: 1) o princípio leninista de que “*sem teoria revolucionária, não existe movimento revolucionário*” e 2) o *comprometimento*

*com a ação prática transformadora radical.* O que isso significa? Significa que, em primeiro lugar, é necessário compreender a gênese do Estado, sua função no processo de reprodução social e, com isso, apreender a impossibilidade real e concreta de imputar “reformas” ao Estado, como se fosse possível “*alterá-lo gradativamente por dentro*” como presente em vários discursos que – ainda hoje – acreditam que basta eleger os trabalhadores e, uma vez “*lá dentro*”, conseguiremos grandes mudanças. Em segundo lugar, significa que Lenin não estava preocupado com o conhecimento do Estado e da realidade objetiva apenas por “*puro gosto*” ou “*erudição*”, mas, sim, com o intuito de contribuir de modo intencional para o movimento revolucionário proletário almejando a superação do capital.

### **Desafios e argumentos da análise de Lenin**

A leitura de *O Estado e a Revolução* é desafiadora e instigante em vários aspectos. O primeiro deles é o fato de que o Estado burguês não pode ser disputado e muito menos no interior do Parlamento. O segundo aspecto que nos parece fundamental nesta obra é a defesa do proletariado como sujeito revolucionário por excelência. Isto não quer dizer que ele seja o único, mas sim, que a revolução socialista ou tem a participação ativa e dirigente do proletariado ou não é socialista. Este fato encontra respaldo na própria realidade social, já que são os proletários que realizam o intercâmbio orgânico do homem – sociedade – com a natureza e o fazem valorizando e produzindo o capital (MARX, 1967; TONET e LESSA, 2012).

Podemos, agora, avançar para a explicitação dos principais elementos para o debate e a reflexão a respeito do capítulo primeiro que tem por título “*As classes sociais e o Estado*”. Podemos observar que este capítulo está dividido em quatro partes: 1) “O Estado é um produto do antagonismo inconciliável das classes”; 2) “Forças armadas, prisões etc.”; 3) “O Estado, instrumento de exploração da classe oprimida” e 4) “‘Definhamento’ do Estado e a revolução violenta”.

Lenin retoma uma análise realizada por Engels em seu livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, entendendo como “ideia fundamental” o fato de que

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis (LENIN, 2010, p. 27).

Por que ele assim procede? Como presente no próprio texto, em função das deturpações que o marxismo sofreu, por exemplo, com as “leituras” de Kautsky, abandonou-se a ideia de que o Estado se funda numa contradição insolúvel (o que não quer dizer que não seja superável) entre as próprias classes sociais. O autor nos explica que, para os ideólogos burgueses, o Estado seria um órgão de conciliação das classes, ou seja, um órgão capaz de resolver os conflitos sociais. Esta perspectiva está equivocada, pois não compreende que justamente estes mesmos conflitos/contradições sociais que fundam o Estado, por isso a necessidade de compreender que “para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra” (LENIN, 2010, p. 27). Se assim o é, o autor conclui no final desta parte que a “libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da **supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante [...]**” (LENIN, 2010, p. 28, grifos nossos). Que lições tiramos disto? 1) que a burguesia/classe dominante não irá abdicar de seu poder pacificamente em “diálogos” com os trabalhadores e 2) que os trabalhadores – classe oprimida – possui como objetivo essencial a “supressão do aparelho governamental” e não a sua “tomada” ou “reforma por dentro”.

Ainda desenvolvendo uma análise sobre o pensamento de Engels, o autor revolucionário nos faz refletir sobre o poder de armamento do Estado. Nesse sentido, “o exército permanente e a política são instrumentos fundamentais”. Todavia, porque isto ocorre? A constatação, novamente, se dá a partir do próprio processo histórico real:

**[...] a sociedade civilizada está dividida em classes hostis e irreconciliáveis cujo armamento “espontâneo” provocaria a luta armada. Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, criam-se corpos armados, e cada revolução, destruindo o aparelho governamental, nos mostra uma luta de classes descoberta, põe em evidência como a classe dominante se empenha em reconstituir, a seu serviço, corpos de homens armados e como a classe oprimida se empenha em criar uma nova organização do mesmo**

gênero, para pô-la ao serviço, não mais dos exploradores, mas dos explorados (LENIN, 2010, p. 30, grifos nossos).

Este raciocínio permitiu a Lenin avançar para a constatação de que o Estado é “instrumento de exploração da classe oprimida” na parte três do capítulo primeiro. Argumenta o autor que o Estado antigo e o Estado feudal eram “órgãos de exploração de escravos e dos servos”, assim como o “Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital” retomando, ainda, a tese de Engels. Vale lembrar alguns aspectos antes de prosseguirmos. O trabalho assalariado implica uma emancipação política do capital, ou seja, implica na existência de cidadãos livres para vender (trabalhadores) e comprar (capitalistas) a sua força de trabalho, por isso mesmo implica a necessidade de uma igualdade formal fundada numa desigualdade real. A emancipação política do capital também deve ser compreendida no sentido de que o mercado se emancipa das “amarras” e limitações que o Estado impunha ao seu pleno desenvolvimento. Este é o “manto da igualdade” no capitalismo; ou seja, uma emancipação meramente política que, apesar de representar um avanço frente aos modos de produção anteriores, possui uma limitação que não é possível de ser resolvida nos limites da lógica do capital (TONET, 2004). Este raciocínio é fundamental para compreendermos o trecho em que Lenin afirma que “a república democrática é a melhor crosta possível do capitalismo” (LENIN, 2010, p. 33-34). E mais: Lenin deixa claro que a gênese do Estado a partir do desenvolvimento econômico na história da humanidade e como “necessidade” da sociedade dividida em classes é algo amplamente abandonado na literatura reformista da “propaganda da social-democracia contemporânea”.

Com efeito, a conclusão presente nesse capítulo – em coerência com a postura radical do autor – dá-se na defesa do “Definhamento do Estado e a revolução violenta”, como é o título da parte número quatro. Se o Estado serve para proteger a propriedade privada e garantir a exploração de uma classe sobre a outra, não há alternativa: há que *destruir*, ou seja, *superar* o Estado burguês! A “ditadura do proletariado” é, justamente, a substituição da “força especial de repressão” da burguesia, pela “força especial de repressão” do proletariado.

Neste ponto da obra, é relevante sinalizar que a perspectiva esboçada por Lenin não desenvolve de modo sistemático, na obra aqui em discussão, a questão da transição. Ao defender a destruição do Estado burguês e a constituição de uma organização dos trabalhadores, uma espécie de “Estado proletário” (que – como Lenin mesmo diz – nem deveria ser chamado de “Estado”, pois não é mais propriamente um Estado), não há uma reflexão clara a respeito da “alma social” do processo revolucionário. Temos a impressão de que o momento político, a tomada pelo poder pode resolver em parte os problemas que daí surgirão.

Em primeiro lugar, observa-se que Lenin atribui um peso muito grande ao momento político no processo de transição e do “definhamento” do Estado. Em poucas passagens o autor menciona a questão dos meios de produção e em nenhum momento discute a relação do trabalho associado enquanto matriz fundante do comunismo, tal como discutido por Marx. Entendemos que este não era o objetivo de Lenin com a presente obra. Todavia, há que chamar a atenção para a supervalorização da política em detrimento do caráter radical do trabalho na transição do capitalismo rumo ao socialismo. Em segundo lugar, entendemos que o debate sobre o “definhamento do Estado” precisa ser articulado com a “alma social” do processo revolucionário como Marx analisou: “toda revolução dissolve a velha sociedade; neste sentido é social” e “toda revolução derruba o velho poder; neste sentido é política” (MARX, 2015, p. 13), por isso a necessidade de levar em consideração o trabalho associado no processo de “definhamento” do Estado.

Esta é uma crítica que podemos realizar a toda a obra aqui em debate. Entendemos que para o “definhamento” do Estado é também necessário o “definhamento do capital” e isso só ocorre se avançarmos na tarefa de superar a condição subordinada do trabalho ao capital, ou seja, se os produtores desafiarem “radicalmente a estrutura hierárquica do trabalho”. A questão, portanto, é “inerente à estrutura de comando material do capital, que apenas é complementada, e não fundada, no Estado, enquanto uma estrutura abrangente de comando político do sistema” e, com isso, “o problema da autoemancipação do trabalho não pode ser enfrentado apenas (nem principalmente) em termos políticos” (MÉSZÁROS, 2002, p. 602). Esta reflexão não é levada em consideração no debate que Lenin realiza a respeito da superação do Estado.

No capítulo II, “A experiência de 1848-1851”, o autor retoma alguns textos da obra de Marx e Engels sobre o Estado e passa a articular também a partir dos acontecimentos de 1848-1851. O líder revolucionário explica que ao proletariado, nesse sentido, apenas importa “um Estado em definhamento”, ou seja, há a necessidade do “proletariado organizado como classe dominante” (LENIN, 2010, p. 45).

A consideração da função que o Estado cumpre aparece nitidamente ao afirmar que se trata de uma “força especial” que está destinada a “subjugar determinada classe”. Por isso, “os trabalhadores só têm necessidade do Estado para quebrar a resistência dos exploradores, e só o proletariado tem envergadura para quebra-la”, já que ele é a classe revolucionária por excelência que é “capaz de unir todos os trabalhadores e todos os explorados na luta contra a burguesia” (LENIN, 2010, p. 45). Não se trata de reformar o Estado ou “corrigi-lo”, mas sim, de destruí-lo para fazer avançar o “proletariado organizado como classe dominante”.

Ao analisar o “18 de Brumário de Luís Bonaparte”, o autor afirma que há um avanço no pensamento marxiano com relação à discussão do Estado presente no *Manifesto* – e isto em função do princípio de que “todas as revoluções anteriores não fizeram senão aperfeiçoar a máquina governamental, quando o necessário é abatê-la, quebrá-la”. Esta é uma análise fundamental contra todo oportunismo reformista que defende e tenta nos fazer crer no “melhoramento da democracia”. Aliás, o próprio Lenin reconhece isto ao afirmar que “só é marxista aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado” (LENIN, 2010, p. 54). Com efeito, a síntese realizada pelo autor confirma esta necessidade:

As formas dos **Estados burgueses** são as mais variadas; mas a sua natureza fundamental é invariável: todos esses Estados **se reduzem**, de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, **à ditadura da burguesia. A passagem do capitalismo para o comunismo** não pode deixar, naturalmente, de suscitar um grande número de formas políticas variadas, cuja **natureza fundamental**, porém, será igualmente inevitável: **a ditadura do proletariado.** (LENIN, 2010, p. 55, grifos nossos)

No capítulo III, “O Estado e a Revolução – A experiência da Comuna de Paris (1871) – Análise de Marx”, há a afirmação, novamente, de que a classe operária

deve quebrar e destruir a “máquina do Estado” e não se “assenhorear dela”, sendo esta uma lição fundamental contra as deturpações que são feitas do marxismo, como presente na obra de Kautsky e criticada por Lenin. Analisando a Comuna, há a explicitação do caráter necessariamente prático e político de suprimir o exército, a política e a “força espiritual de repressão”, ou seja, “o poder dos padres”.

A Comuna foi compreendida por Lenin como um exemplo de “transformação da quantidade em qualidade”, pois foi capaz de realizar a democracia “tão plenamente e tão metodicamente quanto é possível sonhar-se” e, por isso, “tornou-se proletária” e o Estado “transformou-se numa coisa que já não é, propriamente falando, o Estado” (LENIN, 2010, p. 63). Vejam que o autor chama a atenção para o fato de que a Comuna não era propriamente um Estado, pois a qualidade essencial da antiga “máquina” havia sido quebrada, suprimida e substituída por uma nova qualidade, essencialmente proletária.

Mas, na Comuna, **o órgão de repressão era a maioria da população e não mais a minoria**, como fora sempre o caso ao tempo da escravidão, da servidão e do salarido. Ora, uma vez que é **a própria maioria do povo que oprime os seus opressores, já não há necessidade de uma “força especial” de repressão! É nesse sentido que o Estado começa a definhar**. Em lugar de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionários civis, chefes do exército permanente), a própria maioria pode desempenhar diretamente as funções do poder político; e, quanto mais o próprio povo assumir essas funções, tanto menos se fará assentir a necessidade desse poder. (LENIN, 2010, p. 63-64, grifos nossos)

O princípio burguês do parlamentarismo não deve anular a luta pela criação e constituição de “assembleias capazes de ‘trabalhar’ verdadeiramente”. É por isso que “a comuna deveria ser uma assembleia ‘não parlamentar, mas trabalhadora’, ao mesmo tempo legislativa e executiva” (LENIN, 2010, p. 67). E toda essa análise, por sua vez, tem como referência “metodológica” a “observação científica” operada por Marx com relação à Comuna. Trata-se de uma “observação científica” não utópica, que rejeita a construção idealista especulativa em todos os seus aspectos. Com relação à Marx, “ele não inventa, não imagina, já prontinha, uma sociedade ‘nova’”, ao contrário, “ele estuda, como um processo de história natural, a gênese da nova sociedade saída da antiga, as formas intermediárias entre uma e outra” (LENIN, 2010, p. 69). Isso é um elemento basilar de extrema relevância ao pensamento

marxiano, pois demonstra a prioridade da realidade objetiva sobre a subjetividade, o que permite a Lenin afirmar que Marx “vai à escola da Comuna”, por exemplo, e não trata da classe trabalhadora idealizada romanticamente, por isso “nós queremos a revolução socialista com os homens tais como são hoje” (LENIN, 2010, p. 70).

No capítulo IV, intitulado “Esclarecimentos complementares de Engels”, Lenin aborda algumas questões pertinentes à problemática tratada com base nas análises realizadas por Engels com relação à experiência da Comuna. O autor defende o princípio marxiano de que “a supressão do Estado” precisa coincidir “com a supressão das classes” e que isto não significa um abandono à ideia do “definhamento do Estado”, mas sim que isso não poderá ser realizado “de um dia para outro” (LENIN, 2010, p. 80).

Com relação à polêmica de 1873 com os anarquistas, Lenin reafirma que “o proletariado precisa do Estado só por certo tempo”. Assim, a supressão do Estado implica a necessidade “indispensável” em “utilizar provisoriamente” os “meios e os processos de poder político” contra “os exploradores” com o objetivo de “suprimir as classes” e, para isso, “é indispensável a ditadura provisória da classe oprimida” (LENIN, 2010, p. 81).

É por isso que o pensador marxista afirma – na esteira de Engels – que a “Comuna já não era um Estado, no sentido rigoroso da palavra”, pois não precisava mais “oprimir” a maior parte da população e sim a “minorias (os exploradores)”. Isto só foi possível porque ela “quebrara a máquina de Estado burguesa”. Assim, Lenin reitera com toda força e insistência que

**Nosso objetivo final é a supressão do Estado**, isto é, de toda violência, organizada e sistemática, de toda coação sobre os homens em geral. Não desejamos o advento de uma ordem social em que caducasse o princípio da submissão da minoria à maioria. Mas, em nossa aspiração ao socialismo, temos a convicção de que ele tomará a forma do comunismo e que, em consequência, desaparecerá toda necessidade de recorrer à violência contra os homens, à submissão de um homem a outro de uma parte da população à outra. Os homens, com efeito, habituar-se-ão a observar as condições elementares da vida social, sem constrangimento nem subordinação. (LENIN, 2010, p. 100-101, grifos nossos)

Novamente aqui observamos uma “lacuna” no pensamento do autor, pois ao considerar que a Comuna não era propriamente um “Estado” ele deixa em aberto a

questão da “alma social” da revolução que é o trabalho e, ao assim proceder, supervaloriza apenas a tomada do poder, ou seja, o poder político de uma classe em derrubar a outra. Mézáros, neste sentido, avança perante a discussão realizada por Lenin. Afirma o filósofo húngaro que “a crítica necessária do poder do estado, com o objetivo de reduzi-lo e ao final superá-lo só tem sentido se for praticamente implementado, em seu ambiente sócio-metabólico/material-reprodutivo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 602). Isso quer dizer que a superação do Estado também precisa ser refletida no desafio histórico da “autotranscendência do trabalho da condição de subordinado aos imperativos materiais do capital imposta pelo sistema prevacente da divisão estrutural/hierárquica de trabalho e poder estatal” (MÉSZÁROS, 2002, p. 602). Esse é um ponto fundamental do debate a respeito da relação entre Estado, capital e trabalho.

Já no capítulo V, “As condições econômicas do definhamento do Estado”, há uma análise a respeito da obra marxiana: *Crítica ao Programa de Gotha*. Lenin retoma a constatação marxista de que o comunismo apenas pode surgir a partir da derrubada do capitalismo e isso, por sua vez, em razão das condições materiais e econômicas imprescindíveis para tal. A partir desse ponto, o autor pôde avançar para a questão da transição do capitalismo para o comunismo e, neste aspecto, a polêmica sobre a democracia é abordada de modo contundente.

O revolucionário russo nos explica que, no capitalismo, a democracia é – na prática – apenas para os “ricos”, ou seja, apenas para os “capitalistas”. É isso que se pode constatar quando afirma que

A democracia para uma ínfima minoria, **a democracia para os ricos** – tal é **a democracia da sociedade capitalista**. Se observarmos mais de perto o seu mecanismo, só veremos, sempre e por toda parte, restrições ao princípio democrático, nos “menores” (presentemente os menores) detalhes da legislação eleitoral (censo domiciliário, exclusão das mulheres etc.), assim como no funcionamento das assembleias representativas, nos obstáculos de fato ao direito de reunião (os edifícios públicos não são para os “maltrapilhos”), na estrutura puramente capitalista de imprensa diária etc. etc. Essas limitações, exceções, exclusões e obstáculos para os pobres, parecem insignificantes, principalmente para aqueles que nunca conheceram a necessidade e que nunca conviveram com as classes oprimidas nem conheceram de perto a sua vida (e nesse caso estão os nove décimos, senão os noventa e nove centésimos dos publicistas e dos políticos burgueses); mas, totalizadas, essas restrições eliminam os pobres da política e da participação ativa na democracia. **Marx percebeu perfeitamente esse traço essencial**

**da democracia capitalista, ao dizer, na sua análise da experiência da Comuna: os oprimidos são autorizados, uma vez a cada três ou seis anos, a decidir qual, entre os membros da classe dominante, será o que, no Parlamento, os representará e reprimirá!** (LENIN, 2010, p. 107-108, grifos nossos).

Isso não quer dizer que os avanços políticos do capitalismo frente aos modos de produção anteriores sejam ignorados. Todavia, é preciso constatar que na realidade objetiva esta pseudodemocracia se mostra efetiva apenas para a classe dominante. Para que a democracia seja, com efeito, para o povo, para a maioria da população e contra uma minoria de exploradores, Lenin não titubeia ao afirmar a necessidade da “ditadura do proletariado”. É nesse momento que “o proletariado organizado como classe dominante” poderá ampliar a democracia para além dos limites mesquinhos do capitalismo. Porém, é importantíssimo afirmar que para Lenin a “ditadura do proletariado” não deve se restringir a uma ampliação da democracia. Isso é uma consequência lógica do movimento real de destruição da “velha máquina do Estado” e de construção de uma “Comuna”.

**Mas a ditadura do proletariado, isto é, a organização de vanguarda dos oprimidos em classe dominante para o esmagamento dos opressores,** não pode limitar-se, pura e simplesmente, a um alargamento da democracia. Ao mesmo tempo em que produz uma considerável ampliação da democracia, que se torna pela primeira vez a democracia dos pobres, a do povo e não mais apenas a da gente rica, a ditadura do proletariado traz uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas. **Devemos reprimir-lhes a atividade para libertar a humanidade da escravidão assalariada,** devemos quebrar a sua resistência pela força; ora, é claro que onde há o esmagamento, onde há a violência, não há liberdade, não há democracia [...] **A democracia para a imensa maioria do povo e a repressão pela força da atividade dos exploradores,** dos opressores pelo povo, por outras palavras, a sua exclusão da democracia – **eis a transformação que sofre a democracia no período de transição do capitalismo ao comunismo.** (LENIN, 2010, p. 108-109, grifos nossos).

Ou seja: a democracia e o “Estado” ainda existirão nesse período, porém, de modo qualitativamente diferente. Será a maioria que irá acabar com o poder dos exploradores, e organizada em uma forma que nem seria correto se chamar de Estado, como Lenin nos explica retomando Engels, por exemplo. Apenas no comunismo, quando “a resistência dos capitalistas” tiver finalmente acabado e não

existirem classes sociais, é que “o Estado deixará de existir e se poderá falar de liberdade”. Assim:

**Só então a democracia começará a definhar** – pela simples circunstância de que, desembaraçados da escravidão capitalista, dos horrores, da selvageria, da insânia, da ignomía sem nome da exploração capitalista, **os indivíduos se habituarão pouco a pouco a observar as regras elementares da vida social**, de todas conhecidas e repetidas, desde milênios, em todos os mandamentos, a observá-las sem violência, sem constrangimento, **sem subordinação, sem esse aparelho especial de coação que se chama Estado** (LENIN, 2010, p. 109, grifos nossos).

Portanto, sempre de acordo com Lenin, apenas no comunismo a democracia “se tornará supérflua e por si mesma se eliminará”. O “Estado transitório” inerente ao período de transição do capitalismo ao comunismo ainda se faz necessário, mas “já não é o Estado propriamente dito”. Com o comunismo, o Estado se torna “inteiramente supérfluo”, pois não há mais classes e nem desigualdades sociais.

A respeito da “primeira fase” da sociedade comunista (socialismo), Lenin nos explica que os meios de produção deixarão de ser propriedade privada para passarem ao domínio de toda a sociedade. Desse modo, “cada um recebe, por uma parte igual de trabalho social, uma parte igual da produção social (dedução feita da quantidade destinada ao fundo social)” (LENIN, 2010, p. 112). No entanto, nesta primeira fase ainda não há a possibilidade da justiça e da igualdade absolutas. Há, sim, a necessidade de não existir mais a exploração do homem pelo homem. Por isso que “O Estado morre na medida em que não há mais capitalistas, em que não há mais classes e em que, por conseguinte, não há mais necessidade de esmagar nenhuma classe” (LENIN, 2010, p. 114). Na fase “superior do comunismo”, ao contrário, o Estado definha por completo.

Novamente este é um ponto da reflexão que merece ser examinado mais de perto. Na “fase superior do comunismo”, em nossa compreensão, o Estado desapareceu já, ou seja, já não existe mais. A ditadura do proletariado e o definhamento do Estado são, a nosso ver, processos inerentes à fase anterior do comunismo. Na sociedade propriamente comunista já constituída não tem como o Estado ainda estar em definhamento, pois isso é, a rigor, uma contradição em termos. Percebemos, mais uma vez, um desprezo pela perspectiva leninista sobre o

processo de “definhamento do Estado” com relação à questão do trabalho e sua influência sobre os demais complexos sociais. Ao afirmar que “o Estado morre na medida em que não há mais capitalistas”, o autor valoriza em demasia a luta política e não a luta social que se relaciona à superação do trabalho assalariado/abstrato que funda o modo de produção capitalista.

No último capítulo do livro, Lenin aborda algumas polêmicas de sua época. Plekhanov é criticado, por exemplo, pelo tratamento do marxismo no debate com os anarquistas, sendo acusado de “evitar” a questão das “relações da revolução e do Estado”. Kautsky também é duramente criticado por Lenin, que o acusa de ter feito uma “traição” para com o marxismo, justamente no que se refere ao debate sobre o Estado.

Enfim, o líder bolchevique reafirma a todo instante a necessidade de retomar a discussão a respeito da necessidade de “destruição da velha máquina estatal” e não os seus “reparos”. Assim, a

[...] distinção entre os marxistas e os anarquistas consiste nisto: 1º ) **os marxistas, embora propondo-se à destruição completa do Estado, não a julgam realizável senão depois da destruição das classes pela revolução socialista**, como resultado do advento do socialismo, terminando na extinção do Estado; os anarquistas querem a supressão completa do Estado, de um dia para o outro, sem compreender as condições que a tornam possível; 2º ) **os marxistas proclamam a necessidade de o proletariado se apoderar do poder político, destruir totalmente a velha máquina do Estado e substituí-la por uma nova, consistindo na organização dos operários armados, segundo o tipo da Comuna**; os anarquistas, reclamando a destruição da máquina do Estado, não sabem claramente pelo que o proletariado a substituirá nem que uso farpa do poder revolucionário, pois repudiam qualquer uso do poder político pelo proletariado revolucionário e negam a ditadura revolucionária do proletariado; 3º ) **os marxistas querem preparar o proletariado para a revolução, utilizando-se do Estado moderno; os anarquistas repelem essa maneira de agir** (LENIN, 2010, p. 133, grifos nossos).

O livro se encerra com a importante constatação de que o grande objetivo da luta socialista é o “derrubamento da burguesia”, a “destruição do parlamentarismo burguês” e a construção de uma “República democrática do tipo da Comuna” para a “ditadura revolucionária do proletariado” (LENIN, 2010, p. 139).

É preciso, todavia, apreender os complexos sociais em sua relação com a categoria fundante do mundo dos homens, ou seja, com o trabalho. Esta é uma discussão deixada de lado por Lenin. Apenas numa sociedade em que o trabalho possa emancipar-se do capital, da propriedade privada, das classes sociais e da exploração do homem pelo homem, poderemos observar o “definhamento por completo” do Estado. E esse processo, com efeito, só é possível se as “funções de controle do sociometabolismo” forem “progressivamente apropriadas e positivamente exercidas pelos produtores associados” e, portanto, “o afastamento estrutural objetivo das personificações do capital [...] por meio de um sistema de autoadministração genuíno é a chave para a reconstrução bem-sucedida das estruturas herdadas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 602)

### Considerações Finais

Nosso intuito com o presente texto é chamar a atenção para a atualidade do livro *O Estado e a Revolução*. Muitos discursos na atualidade se orientam pela perspectiva reformista na ação da classe trabalhadora: a luta apenas por políticas públicas – que alguns, inclusive, chegam ao ápice de separá-las em “políticas de subordinação”, “políticas emancipatórias” – e “por dentro” do Estado –, são apenas alguns exemplos do politicismo que infiltra como uma praga a prática e a reflexão de muitos militantes e trabalhadores.

Entendemos o contexto e o debate político/teórico em que Lenin escreveu sua obra. Todavia, um elemento importante merece atenção (mesmo que esta consideração seja herdeira de todo um processo histórico *post festum*): a dimensão política não pode se sobressair – na perspectiva revolucionária/socialista – sob a necessária tarefa de superação do trabalho abstrato/assalariado pelo trabalho associado do qual Marx falava. Lenin apenas nos deixa indícios quanto a isso no seu livro, por exemplo, quando afirma a necessidade do proletariado desenvolver “a direção do processo de produção” ou quando se refere à necessidade da “humanidade” se “libertar” da “escravidão assalariada” como discutido no capítulo V. O revolucionário bolchevique assim pondera:

**Os exploradores só estão**, naturalmente, **em condições de oprimir** o povo **porque dispõem de um aparelho especial**, muito complicado, **mas o povo pode coagir os exploradores sem aparelho especial, pela simples organização armada das massas** (de que os soviets de deputados operários e soldados nos fornecem um exemplo, diremos nós, por antecipação). (LENIN, 2010, p. 110, grifos nossos)

Neste trecho e em outras passagens, como já argumentamos, há uma supervalorização do poder político do Estado na luta pela superação do capitalismo. Os “exploradores” estão em “condições de oprimir o povo” não apenas “porque dispõem de um aparelho especial”. Antes disso, tal exploração se dá com base na propriedade privada que o capital representa. O capital é uma relação social que possui a tendência essencial de acumulação, concentração, expansão e se baseia na propriedade privada, ou seja, no fato de uma classe se apropriar privadamente do fruto do trabalho de outra classe. Essa relação social que o capital engendra se potencializa no modo de produção capitalista com o trabalho assalariado e isso, por sua vez, justifica a necessidade do Estado moderno. O poder da classe dominante não emana do Estado, mas sim do capital e de suas alienações.

Em decorrência das enormes deturpações realizadas a respeito do pensamento marxiano, compreendemos que é fundamental ao debate sobre a origem, a gênese e a função social do Estado; é também importante, outrossim, desenvolvermos uma reflexão sobre a “centralidade ontológica do trabalho no processo de transição do capitalismo ao socialismo” (TONET, 2008). Isso é fundamental ser debatido, pois o “trabalho associado é a matriz fundante do socialismo” e, portanto, “sua presença é *conditio sine qua non* da possibilidade desta nova forma de sociabilidade”, ou seja, “sem essa radical transformação nas relações de produção, na forma de produzir a riqueza material, será inteiramente impossível a instauração de uma forma socialista de sociedade” (TONET, 2008, p. 18).

Aqui não é o espaço propriamente apropriado para tratarmos dessa questão. Contudo, mesmo que em tom de alerta, é importante compreender a partir das contribuições de Lenin a intrínseca necessidade do movimento socialista em superar o Estado e contribuir para o seu “definhamento”. E essa tarefa, por sua vez, em nosso entendimento, não deve ser apartada do desafio de fazer avançar o *trabalho associado* em que os produtores estão livremente associados de modo consciente,

coletivo e universal. Talvez essa possa ser a crítica que podemos desenvolver com relação à obra aqui analisada, isto é: seu autor valorizou sintomaticamente a necessidade de destruição do Estado burguês pelo proletariado. Entretanto, não desenvolveu – concomitantemente – a necessidade de superação do trabalho assalariado, apesar de tocar em raros momentos a questão da “economia socialista”. Na sociedade comunista, como já argumentamos anteriormente, não existirá mais Estado (seja ele qual for: burguês ou proletário), classes sociais, desigualdades e trabalho assalariado. Essas práticas ainda podem existir no período da “ditadura do proletariado” que é justamente o socialismo, ou seja, o processo de superação do capital orientado pelo comunismo. Todavia, na sociedade comunista não deverão existir estes elementos.

Desse modo, resgatar o *caráter crítico* que procura analisar a realidade objetiva com base no seu próprio movimento histórico e, junto a isto, a *perspectiva revolucionária* para além do capital, ou seja, rumo a uma sociabilidade comunista são dois aspectos expressivamente significativos e urgentes para serem levados em consideração nesses tempos nossos em que a “avalanche” reformista se faz presente em praticamente todos os espaços.

Por fim, reiteramos as palavras de Florestan Fernandes na apresentação do livro aqui em debate escrita em 1978: “é preciso divulgar ao máximo possível a leitura de *O Estado e a revolução*”.

### Referências bibliográficas

CHASIN, J. Rotas e Perspectiva de um Projeto Marxista. **Ensaio Ad Hominem**. n. 1, Tomo 4 – Marxismo, São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, 2001.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – II**. São Paulo: Boitempo: 2012.

MARX, K. **O Capital** – Vol I. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 1996.

MARX, K. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social"**. De um Prussiano. 1844. The marxista Internet, 2015.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PAULO NETTO, J. Lenin e a instrumentalidade do Estado. In: LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, pp. 145-181, 2010.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

RODRIGUES, M. U. Da leitura de Bernstein e Kautsky à teoria e prática Marxistas de Lenine. **Odiário.info**. 2015. Disponível em: <http://www.odiario.info/?p=3519>. Acesso em: mai. 2016.

TONET, I. **Democracia ou Liberdade**. Maceió: EDUFAL, 2004.

TONET, I. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TONET, I.; LESSA, S. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONET, I. **Trabalho Associado e extinção do Estado**. Rebelar, v. 3, n. 2, 2014.

TONET, I. **Socialismo**: obstáculos a uma discussão. Clio, n. 26.1/2008. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/> . Acesso em : set. 2015.